



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Faculdade de Artes e Letras
Departamento de Comunicação e Artes

REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO

2º CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM ENSINO DAS ARTES VISUAIS NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

CAPÍTULO I Enquadramento Legal

Artigo 1º Natureza e Âmbito de Aplicação

1. A estrutura e conteúdos deste Regulamento, segue o prescrito no *Artº 26º - Normas regulamentares do mestrado* - do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto.

2. A presente Proposta de Regulamento do 2º Ciclo de Estudos conducente ao Grau de Mestre em Ensino das Artes Visuais no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, adiante designado de MEAV, obedece ao prescrito:

- a) No Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março (aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior) republicado pelo **Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto**;
- b) No Regulamento do Grau de Mestre da Universidade da Beira Interior - Deliberação do Senado n.º 41/2007
- c) No **DESPACHO N.º 24/R/2013**, da UBI (Regulamento das Comissões de Curso) que revoga o Despacho n.º 9/R/2010.
- d) No Despacho N.º 49/R/2010, da Universidade da Beira Interior (Normas de formação gráfica de apresentação de relatórios/dissertações de mestrado e teses de doutoramento).
- e) No **DESPACHO N.º 38/R/2013**, da Universidade da Beira Interior (UBI) (Regulamento da Prática de Ensino Supervisionada - 2.ºs ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre em ensino na Universidade da Beira Interior) que revoga o Despacho n.º 13/2006 - Regulamento dos Estágios Pedagógicos da UBI - e o Despacho 5/2007 - Aditamento do Regulamento dos Estágios Pedagógicos da UBI.
- f) No Regime Geral de Avaliação de Conhecimentos em vigor na UBI.
- g) Nas Normas Gerais Referentes a Actos Administrativos da UBI.

2.1. A habilitação profissional é obtida através de um curso de formação inicial de professores, denominado **Mestrado em Ensino das Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário** [sigla - MEAV] que qualifica profissionalmente para o grupo de docência [600] nos termos fixados:

- a) Pelo **Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro** (Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário) revisto pelo **Decreto-Lei n.º 220/2009 de 8 de Setembro** (Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência nos domínios de habilitação não abrangidos pelo Decreto -Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, aplicando-se ao 3.º ciclo do ensino básico e ao ensino secundário, incluindo as áreas profissionais, vocacionais e artísticas).

b) Na qualificação profissional para a docência num determinado grupo de recrutamento é condição indispensável, para ser candidato ao concurso, respeitar os seguintes Decretos-Lei:

i) Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 51/2009, de 27 de Fevereiro que, em Anexo, apresenta a **Republicação do Decreto - Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro**.

ii) Decreto-Lei n.º 27/2006, de 10 de Fevereiro (Cria e define os grupos de recrutamento para efeitos de selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).

c) Decreto-Lei N.º 240/2001, de 30 de Agosto, - "**Perfis gerais de competência para a docência**" - onde se define o "**I. Perfil geral de desempenho**" comum aos educadores de infância e aos professores dos ensinos básico e secundário.

2.2. São, ainda consideradas as seguintes Disposições Legais Ministeriais relativas ao Estágio Pedagógico e à Prática de Ensino Supervisionada:

a) Decreto-Lei n.º 344/89, de 11 de Outubro (Ordenamento jurídico da formação de Educadores de Infância e de Professores dos Ensinos Básico e Secundário);

b) Decreto-Lei n.º 121/2005, de 26 de Julho, art. 2.º (Princípios orientadores da realização dos Estágios Pedagógicos).

c) Portaria n.º 1097/2005, de 21 de Outubro (Quadro regulador das condições para a realização da prática pedagógica, dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior).

d) Decreto-Lei n.º 43/2007, especialmente: art. 14.º (Componentes de Formação), 4 a-d [art. 19.º (Orientadores Cooperantes); art. 21.º (Princípios orientadores da avaliação na prática de ensino supervisionada)] alterado por Decreto-Lei n.º 220/2009, de 8 de Setembro.

CAPÍTULO II

Organização e Funcionamento do Curso

Artigo 2º

Criação do Curso

1. A Universidade da Beira Interior, através da Faculdade de Artes e Letras, confere o grau de Mestre em Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

2. Este ciclo de estudos tem a sua sede administrativa, na Faculdade de Artes e Letras, Departamento de Comunicação e Artes, da Universidade da Beira Interior.

Artigo 3º

Objectivos do ciclo de estudos

(De acordo com o Artigo 15º - Grau de Mestre -, do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março na sua republicação no Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto)

1. O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário é um segundo ciclo profissionalizante que visa conferir habilitação profissional para a docência no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário e tem como objetivo especializar licenciados/as, para o exercício da actividade profissional relativa à prática de ensino no grupo de recrutamento [600].

2. De acordo com o Artigo 15º - Grau de Mestre -, do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março na sua republicação no Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, o grau de mestre é conferido aos que demonstrem:

a) Possuir conhecimentos e capacidade de compreensão a um nível que:

i) Sustentando-se nos conhecimentos obtidos ao nível do 1.º ciclo, os desenvolva e aprofunde;

ii) Permitam e constituam a base de desenvolvimentos e ou aplicações originais, em muitos casos em contexto de investigação;

- b) Saber aplicar os seus conhecimentos e a sua capacidade de compreensão e de resolução de problemas em situações novas e não familiares, em contextos alargados e multidisciplinares, ainda que relacionados com a sua área de estudo;
- c) Capacidade para integrar conhecimentos, lidar com questões complexas, desenvolver soluções ou emitir juízos em situações de informação limitada ou incompleta, incluindo reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem;
- d) Ser capazes de comunicar as suas conclusões, e os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, quer a especialistas, quer a não especialistas, de uma forma clara e sem ambiguidades;
- e) Competências que lhes permitam uma aprendizagem ao longo da vida, de um modo fundamentalmente auto-orientado ou autónomo.

3. O grau de Mestre em Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário:

3.1. É conferido aos que demonstrem possuir competências (conhecimentos, capacidades e atitudes) a um nível que:

- a) Problemатize currículos nacionais e internacionais através de uma investigação pedagógica/didática assente no aprofundar de competências disciplinares e em articulação com os interesses e necessidades da área de docência - Artes Visuais;
- b) Integre os diferentes saberes inter e transdisciplinarmente;
- c) Articule e desenvolva as competências adquiridas nos âmbitos - científico, pedagógico, didático e social - na prática docente na área específica da Didática e Pedagogia das Artes Visuais;
- d) Integre, na atividade docente/profissional, as dimensões - cultural, conceptual, social e ética - fundamentando-se em pressupostos atuais;
- e) Promova a intervenção crítica nos contextos pedagógicos, no quadro de uma visão transformadora da pedagogia escolar;
- f) Reflita, crítica e multidisciplinarmente (didática, curricular e psicologicamente), sobre o contexto de intervenção pedagógica;
- g) Desenvolva planos de ação - temas, objetivos e estratégias - que decorram da observação/análise das práticas de E/A e contribuam para a sua melhoria;
- h) Incentive uma cultura investigativa, de inovação e colaborativa na atividade docente/profissional;
- i) Contribua para a interação escola-meio;
- j) Contribua para a autoformação contínua nos diversos domínios da atividade docente.

3.2. Prepara os alunos para as seguintes Saídas Profissionais:

a) Professores do 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário - grupo de recrutamento [600] -, em concreto, profissionaliza para a lecionação de Educação Visual [7º, 8º e 9º anos do EB] e outras opções oferta de Escola, do EB, e das disciplinas da componente de formação específica do Ensino Secundário (10º, 11º e 12º anos):

aa) CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS (Desenho B; Geometria Descritiva B) E DE ARTES VISUAIS [Desenho A (trienal); Geometria Descritiva A (opção-bienal); História e Cultura das Artes (opção-bienal); Oficina de Artes (opção-anual); Oficina Multimédia B (opção-anual); Materiais e Tecnologias(opção-anual)];

ab) ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO - ÁREA DAS ARTES VISUAIS E AUDIOVISUAIS - ANTÓNIO ARROIO (Lisboa), INSTITUTO DAS ARTES E DA IMAGEM (Lisboa) SOARES DOS REIS (Porto):

- GESTÃO DAS ARTES - Opção (11º e 12º Anos);

- HISTÓRIA E CULTURA DAS ARTES - Opção;

- TEORIA DO DESIGN - Opção (11º e 12º anos);

- PROJECTO E TECNOLOGIAS [iniciação-10º, desenvolvimento-11º e especialização-12º anos] - CURSO DE COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL (com especializações em Cinema e Vídeo; em Luz; em Som; em Multimédia; em Fotografia - e como Opção de Oferta da Escola Secundária Artística de Soares dos Reis - 11º e 12º ANOS - Especialização em MODELAÇÃO E ANIMAÇÃO 3D), CURSO DE DESIGN DE COMUNICAÇÃO (com especialização em Design Gráfico e especialização em Multimédia), CURSO DE DESIGN DE PRODUTO (com especializações em Cerâmica, em Ourivesaria e em Têxteis) e

CURSO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA (com especializações em Realização Plástica do Espetáculo, em Cerâmica, em Ourivesaria e em Têxteis);

- OFICINA DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO (10, 11º e 12º anos) - CURSO DE DESENHO DE ARQUITECTURA (Componente de Formação Técnica-Artística) - INSTITUTO DAS ARTES E DA IMAGEM;

- OFICINA DE PRODUTOS MULTIMÉDIA (10, 11º e 12º anos) - CURSO DE IMAGEM INTERACTIVA (Componente de Formação Técnica-Artística) - INSTITUTO DAS ARTES E DA IMAGEM;

- b) Investigadores na área da Pedagogia e Didáticas das Artes Visuais e do seu ensino;
- b) Técnicos Superiores de Museus e Câmaras, para práticas pedagógicas no âmbito das artes visuais com escolas;-
- c) Assessores de editoras no âmbito do ensino das artes visuais e autores individuais ou coletivos;
- d) Assessores de empresas públicas e privadas (Câmaras, museus, fundações, associações) no âmbito de práticas pedagógicas tanto em artes plásticas como visuais.

Artigo 4º

Duração e Estrutura Curricular do Plano de estudos

1. O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário tem 120 unidades de crédito e uma duração normal de quatro semestres.

2. A estrutura curricular do plano de estudos é a seguinte:

Ano	S	Cód.	Unidade Curricular	ECTS	Nº Total de Horas Trabalho	Horas Contacto* Semestre	Horas Contacto* Semana
1	S1	9007	História e Teoria da Educação	6	160	32 TP	2TP
1	S1	9008	Psicologia da Educação	6	160	32 TP	2TP
1	S1	9009	Didática das Artes Visuais I	12	320	15PL/45TP	3TP/10T
1	S1	9010	Workshop de Artes Visuais	6	160	16PL/16TP	2TP/1PL
1	S2	9011	Políticas Educativas e Organização da Educação	6	160	32 TP	2TP
1	S2	9012	Investigação Educacional	6	160	32 TP	2TP
1	S2	9013	Temas e Problemas da Educação	6	160	32 TP	2TP
1	S2	9014	Didática das Artes Visuais II	12	320	15PL/45TP	3TP/10T
2	A1	9015	Estágio Pedagógico	48	1280	32ES/32OT	2ES/20T
2	S1	9016	Seminário de Investigação em Artes Visuais I	6	160	4OT/39SE	2SE/10T
2	S2	9017	Seminário de Investigação em Artes Visuais II	6	160	4OT/39SE	2SE/10T

* T-Ensino teórico, TP-Ensino teórico-prático, PL-Ensino prático e laboratorial, TC-Trabalho de campo, S-Seminário, E-Estágio, OT-Orientação tutorial, O-Outra

3. Os programas das correspondentes unidades curriculares são descritos no **ANEXO I** a este Regulamento.

Artigo 5º

Prática de Ensino Supervisionada

1. No Mestrado em Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (MEAV), o trabalho prescrito na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do DL 74/2006 será a realização de um estágio pedagógico (Prática de Ensino Supervisionada) objeto de relatório, a ser defendido, publicamente, perante um júri. O MEAV assume, como objetivos gerais, através do estágio pedagógico:

- a) Proporcionar experiência organizacional e profissional na área da Pedagogia e Didática das Artes Visuais em ambiente real - Escola Básica e/ou Secundária, junto de discentes e Orientador Cooperante (Professor Coordenador de Estágio);
- b) Proporcionar o confronto com a aplicação prática “quotidiana” dos conhecimentos adquiridos nas UCs do MEAV, oferecendo a oportunidade de aplicar/refletir sobre alguns desses conhecimentos/competências a situações específicas.
- c) Proporcionar experiências de planificação, ensino, observação, avaliação e colaboração em contexto escolar e extracurricular proporcionada pelo Estágio Pedagógico (Prática de Ensino Supervisionada) numa escola cooperante, com a duração de um ano letivo;
- d) Desenvolver profissionalmente os estudantes com vista ao seu desempenho como futuros docentes, promovendo uma postura crítica e reflexiva em relação aos desafios, processos e desempenhos do quotidiano profissional;
- f) Articular objetivos de projeto, de formação e atuação docente com o desenvolvimento de capacidades de reflexão, auto-direção, colaboração e criatividade/ inovação;
- g) Proporcionar a possibilidade de desenvolver competências comportamentais transversais como: relacionamento interpessoal, autoconfiança, disciplina, métodos de trabalho, capacidade de cumprir prazos e horários (incluindo planeamento), capacidade de integração em Organizações e equipas de trabalho.
- h) Desenvolver a sua rede de contactos pessoais e profissionais.
- i) Ser peracionado pela Organização acolhedora como um elemento que trouxe mais-valias para as atividades da Organização.

2. O Estágio Pedagógico visa uma **PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA** que se orienta pelos seguintes princípios gerais:

- a) **ADEQUAÇÃO AOS CONTEXTOS DA PRÁTICA** - Conhecimento e problematização dos contextos da prática, no sentido de desenhar e desenvolver planos de ação relevantes face às variáveis situacionais em presença.
- b) **ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA** - Definição de temas, objetivos e estratégias de ação que decorram da observação e análise das práticas de ensino e aprendizagem, na área de docência - Artes Visuais-, e contribuam para a compreensão e melhoria dessas práticas.
- c) **FUNDAMENTAÇÃO ÉTICO-CONCEPTUAL** - Fundamentação em pressupostos éticos e conceptuais atuais e relevantes, orientados para o desenvolvimento de práticas inclusivas, centradas nas aprendizagens e favorecedoras do sucesso educativo.
- d) **INVESTIGAÇÃO AO SERVIÇO DA PEDAGOGIA** - Recurso a estratégias de investigação pedagógica que apoiem a compreensão e melhoria das práticas de ensino e aprendizagem na área de docência.
- e) **POTENCIAL FORMATIVO** - Articulação entre os objetivos do projeto e os objetivos de formação do mestrando, no quadro de uma prática profissional que favoreça o desenvolvimento de capacidades de reflexão, auto-direção, colaboração e criatividade/ inovação.

3. O Estágio Pedagógico realiza-se em grupos ou turmas dos diferentes níveis de ensino abrangidos pelo domínio de habilitação para a docência [grupo 600] para a qual o curso de Mestrado em Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário prepara, em concreto a **lecionação das seguintes disciplinas:**

3.1. Terceiro Ciclo do Ensino Básico - Artes Visuais:

- a) **EDUCAÇÃO VISUAL** [7º, 8º e 9º anos] e outras opções ofertas de Escola;

3.2. ENSINO SECUNDÁRIO [10º, 11º e 12º anos] - CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS E DE ARTES VISUAIS (este último designa-se de CURSO GERAL DE ARTES VISUAIS) [oferecidos por todas as escolas] e

ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO - ÁREA DAS ARTES VISUAIS E AUDIOVISUAIS nas seguintes Escolas de: ANTÓNIO ARROIO (Lisboa), SOARES DOS REIS (Porto)]:

3.2.1. Compreende as seguintes DISCIPLINAS:

3.2.1.1. APENAS DO CURSO CIENTÍFICO-HUMANÍSTICO DE ARTES VISUAIS:

a) **Disciplina: Geometria Descritiva A** (10 e 11º anos / ou 11º e 12º anos) - CURSO GERAL DE ARTES VISUAIS - Curso de Design de Comunicação/ C. Design de Produto/ C. Produção Artística.

3.2.1.2. COMUNS AOS CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS E DE ARTES VISUAIS (CURSO GERAL DE ARTES VISUAIS):

b) **Disciplina: Desenho - Variante A** (10º, 11º e 12º anos) - CURSO GERAL DE ARTES VISUAIS - - Curso Comunicação Audiovisual/ C. Design de Comunicação/ C. Design de Produto/ C. Produção Artística;

c) **Disciplina: Desenho - Variante B¹** (10º ou 11º ou 12º anos)- CURSO TECNOLÓGICO DE DESIGN DE EQUIPAMENTO E DE MULTIMÉDIA;

d) **Disciplina: Oficina de Artes** - CURSO GERAL DE ARTES VISUAIS;

e) **Disciplina: Oficina Multimédia B** (12º ano) - CURSO GERAL DE ARTES VISUAIS.

f) **Disciplina: História e Cultura das Artes:**

i) **Cursos Artísticos Especializados de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro** (10º, 11º e 12º anos) - Curso Comunicação Audiovisual; C. Design de Comunicação/ C. Design de Produto/; C. Produção Artística

ii) **Cursos Científico-Humanísticos de Artes Visuais e de Línguas e Literaturas** (11º e 12º anos)

3.2.1.3. DISCIPLINAS DE OPÇÃO OFERECIDAS PELAS ESCOLAS DE ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO:

g) **GESTÃO DAS ARTES** - Disciplina de **Opção (11º e 12º Anos)** - Ensino Artístico Especializado - Artes visuais e Audiovisuais - Componente de Formação Técnica-Artística - Cursos de Comunicação Audiovisual, Design de Comunicação, Design de Produto e Produção Artística;

h) **TEORIA DO DESIGN** - Disciplina de **Opção (11º e 12º anos)** - Ensino Artístico Especializado - Artes visuais e Audiovisuais - Componente de Formação Técnica-Artística - Oferta da Escola Secundária Artística António Arroio;

i) **Disciplina: PROJECTO E TECNOLOGIAS [10º, 11º e 12º anos]:** disciplina trienal que integra o plano de estudos dos cursos que constituem a oferta formativa das **ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO - ANTÓNIO ARROIO e SOARES DOS REIS:** Curso de Comunicação Audiovisual, Curso de Design de Comunicação, Curso de Design de Produto e Curso de Produção Artística. O programa anual da disciplina foi planeado para 23 semanas letivas, o que equivale a 184 unidades letivas anuais, com uma carga horária semanal de 8 unidades letivas de 90 minutos (12h). A carga horária desta disciplina integra ainda, 10 semanas - equivalentes a 80 unidades letivas - para a **Formação em Contexto de Trabalho**. É uma disciplina essencialmente prática que se cumpre em três etapas - **iniciação** (10º ano)², **desenvolvimento** (11º ano)³ e **especialização** (12º ano)⁴:

¹ O Desenho "Por ser essencial à criação, conceção, projeção, ou comunicação, são as suas teoria e prática parte do currículo dos 10º, 11º e 12º anos na variante A do Curso Geral de Artes Visuais, na variante B dos Cursos Tecnológicos de Multimédia e de Equipamento e, no 12º ano, na variante C do Curso Geral de Ciências e Tecnologias. Ao nível do ensino secundário, o desenho está na linha de formação comum aos **profissionais das áreas de artes plásticas, design e arquitetura, ou ainda da área nova dos interfaces virtuais, novas tecnologias, internet, e edição de conteúdos multimédia.**" (in: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, DEPARTAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO, **DESENHO B**, 10º ANO, CURSO TECNOLÓGICO DE DESIGN DE EQUIPAMENTO E DE MULTIMÉDIA Homologação a 22/02/2001).

² O programa do 10º ano, comum aos quatro cursos, garante de modo transversal a iniciação aos conteúdos básicos de cada um deles.

³ No 11º ano, o aluno opta por um desses cursos contactando, por exemplo, no caso específico de Produção Artística, com duas das quatro áreas de especialização que o integram – Cerâmica/ Ourivesaria/ Realização Plástica do Espetáculo/Têxteis.

⁴ O desenvolvimento a partir do 3º período, do 11º ano, de uma dessas áreas determinará, no 12º ano, a escolha da especialização.

3.2.1. ESPECIALIZAÇÕES QUE CONFIGURAM CURSOS - ENSINO SECUNDÁRIO [10º, 11º e 12º anos] - ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO - ÁREA DAS ARTES VISUAIS E AUDIOVISUAIS:

- a) **CURSO DESIGN DE COMUNICAÇÃO** (com especialização em Design Gráfico e especialização em Multimédia) e **CURSO DE DESIGN DE PRODUTO** (com especialização em Equipamento, em Ourivesaria, em Cerâmica e em Têxteis) através da disciplina de Projeto e Tecnologias (10, 11º e 12º anos).
- b) **CURSO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA** que permite especializações em Realização Plástica do Espetáculo, em Cerâmica, em Ourivesaria e em Têxteis - através da disciplina de Projeto e Tecnologias (10, 11º e 12º anos).
- c) **CURSO DE COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL** que permite as seguintes especializações através da Disciplina de PROJECTOS E TECNOLOGIAS: em Cinema e Vídeo; em Luz; em Som; em Multimédia; em Fotografia - através da disciplina de Projeto e Tecnologias (10, 11º e 12º anos) - e como Opção de Oferta da Escola Secundária Artística de Soares dos Reis - 11º e 12º ANOS - Especialização em **MODELAÇÃO E ANIMAÇÃO 3D**.
- d) **CURSO DE DESENHO DE ARQUITECTURA** (Componente de Formação Técnica-Artística) - **INSTITUTO DAS ARTES E DA IMAGEM** -- através da disciplina de Oficina de Projetos de Construção - (10, 11º e 12º anos).
- e) **CURSO DE IMAGEM INTERACTIVA** (Componente de Formação Técnica-Artística) - **INSTITUTO DAS ARTES E DA IMAGEM** - através da disciplina de Oficina de Produtos Multimédia (10, 11º e 12º anos).

Artigo 6º

Relatório de Estágio

[de acordo com o **DESPACHO N.º 38/R/2013**, da Universidade da Beira Interior (UBI) (**Regulamento da Prática de Ensino Supervisionada - 2.ºs ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre em ensino na Universidade da Beira Interior**)

1. O relatório de estágio, que acompanha obrigatoriamente a experiência do Estágio Pedagógico e será objeto de avaliação em provas públicas, é um trabalho individual de investigação de natureza científica, realizado em ambiente profissional ou a propósito deste, tendo em conta as áreas de conhecimento atinentes ao ciclo de estudos (Artes Visuais: Pintura; Escultura; Artes Multimédia; Design; Arquitetura; Cinema), enfatizando-se a aplicação das metodologias de investigação educacional.

2. A conceção do Relatório de Estágio envolve obrigatoriamente:

- a) A delimitação de um objeto de estudo (identificação, caracterização do tema/ problemática(s)/ questão(ões)/ hipótese(s)) devendo obrigatoriamente incidir sobre aspetos/problemáticas científico-didáticas das Artes Visuais (área de docência) e em temática relevante para o exercício da profissão docente (a proposta de tema, respetivo plano de investigação e supervisão do desenvolvimento é iniciada no 1º ano do MEAV, em Didática das Artes Visuais I e II).
- b) A seleção e descrição fundamentada das metodologias para a sua abordagem,
- c) Uma definição operativa de conceitos fundamentada em autores de referência.
- d) A recolha de informação e bibliografia pertinentes (breve história - principais paradigmas, fundamentando-se no "Estado da Arte"),
- e) A conceção de hipótese(s) de trabalho e de solução para o(s) problema(s) proposto(s),
- f) A implementação do trabalho teórico, laboratorial e/ou experimental e/ou de simulação, na(s) disciplina(s) em que irá estagiar, orientado no 2º ano, em Seminário de Investigação I e II, na UC de Estágio Pedagógico pelo orientador científico da UBI e pelo orientador pedagógico (professor cooperante) e que implica o desenho de um plano de implementação da investigação realizada até ao momento planificando uma UT e as aulas respetivas de acordo com o programa ministerial respetivo;
- g) A análise crítica dos resultados obtidos.
- h) Bibliografia e webgrafia pertinentes.

2.1. Deverá configurar-se como um trabalho de projeto individual de pesquisa-reflexão-ação, por forma a estabelecer uma articulação entre a teoria e a prática. Contempla duas componentes essenciais:

- a. A componente descritiva do relatório deve incluir: a planificação e condução de aulas e avaliação de aprendizagens experimentadas e o relato da participação ativa do mestrando na

escola cooperante (caracterização sumária) e a identificação/caracterização do problema/questão/ tema escolhido, diretamente associado com a(s) disciplina (s) que lecionou, durante o estágio, com recurso a uma fundamentação teórica atualizada; “

b. A componente reflexiva deve consistir na análise da prática de ensino, a compreensão do papel do professor na escola, o envolvimento pessoal no projeto educativo em que o formando esteve inserido e as perspetivas de desenvolvimento profissional que a experiência vivida na escola despertou, traduzida na proposta de uma prática docente relacionada com a superação do problema e/ou a implementação da questão/ do tema escolhido, diretamente relacionada com os programas do ensino básico e/ou do ensino secundário da(s) disciplina(s) onde realizou estágio.

4. Após a definição do(s) tema(s), os estudantes, supervisionados pelos orientadores, elaboram o plano de trabalho do relatório de estágio em conformidade com a planificação anual dos estágios e o respetivo calendário de desenvolvimento elaborado pela Comissão de Estágios no âmbito da PES, bem como do tema escolhido quando aplicável. Os planos de trabalho devem ser aprovados pela Comissão Científica de Curso, durante o mês de setembro e, posteriormente, visados pelo Presidente da Faculdade.

4.1. O plano de trabalho deve conter uma breve introdução, os objetivos gerais e específicos, o enquadramento teórico com referência à pesquisa bibliográfica preliminar, a descrição do trabalho de campo ou da componente experimental, com referência aos materiais e métodos a utilizar, os resultados esperados, a bibliografia consultada (preliminar) e a consultar, e o planeamento dos trabalhos através de um cronograma temporal das diversas fases de elaboração do relatório de estágio. Recomenda-se que o plano de trabalho contemple a elaboração do resumo do trabalho em formato científico/artigo.

4.2. Após visados os planos de trabalho, o Diretor do Curso encaminhará os correspondentes processos para os Serviços Académicos.” (**Artigo 11.º - Relatório de Estágio - Plano de trabalho**)

5. A natureza do Dossier de Estágio e do Relatório de Estágio, que acompanham a Prática de Ensino Supervisionada são definidas por documentos próprios, respetivamente em - **ANEXO III - ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO DOSSIER DE ESTÁGIO** e - **ANEXO IV - ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO PEDAGÓGICO**. - a este Regulamento.

6. Os critérios de avaliação para o Relatório de Estágio (redação), estão contemplados em tabelas no referido ANEXO IV, a serem preenchidas por todos os membros do júri (incluindo orientador científico), pelo orientador pedagógico e pelo coorientador (caso se aplique).

6.1. Na redação do Relatório de Estágio, serão aferidas as seguintes competências:

6.1.2.1. AO NÍVEL DA MACROESTRUTURA DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO: 1. **ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS:** Capa e folha de rosto (com todos os elementos de identificação)/ agradecimentos: resumo vs abstract; Índice; índice de Anexos; índice de Apêndices: Índice de Tabelas; Índice de Figuras; Lista de acrónimos; 2. **TEMA [PROBLEMÁTICA(S)], OBJETIVOS, QUESTÕES, HIPÓTESES, METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO:** a) Apresenta o tema [problemática(s)] de investigação e justifica a sua relevância; b) Apresenta os objetivos; c) Apresenta as questões de investigação; d) Apresenta hipóteses; e) Apresenta a metodologia de investigação de acordo com os objetivos da mesma, mencionando as forças e limitações da mesma; 3. **ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL E TEÓRICO:** a) Problematisa a relevância do projeto de investigação à luz do contexto; b) Problematisa a relevância do projeto à luz da literatura identificando/fundamentando os principais paradigmas históricos e contemporâneos; 4. **ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO:** a) Descreve e justifica estratégias de ação; b) Descreve e justifica estratégias de avaliação; c) Apresenta calendarização; d) Observa/reflete criticamente a/sobre a ação fazendo propostas de melhoria/adequação; 5. **CITAÇÕES, PARÁFRASES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** Apresenta citações, paráfrases e referências bibliográficas com correção (APA ou NP).

6.2. Quanto às DIMENSÕES E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: NOTAS EXPLICATIVAS (INDICADORES DE DESEMPENHO)

A. Conhecimento/ Descrição do Contexto de intervenção pedagógica supervisionada.	
1. ADEQUAÇÃO AOS CONTEXTOS DA PRÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Observa/analisa o contexto de intervenção (escola/ turma/ comunidade/ recursos didáticos incluindo infraestruturas) • Conhece/analisa documentos reguladores do processo de E/A: Programa do Ministério da Educação e legislação para os respetivos ciclos de estudo (3º EB e ES), manual da disciplina e bibliografia/netgrafia recomendada; planificações do Deptº a longo (anual), médio (trimestral – Unidades Temáticas); e curto prazo (aula-a-aula) – Unidades de trabalho) • Desenha um plano relevante face ao contexto de intervenção
2. ORIENTAÇÃO PARA A COMPREENSÃO E MELHORIA DA PRÁTICA/ POTENCIAL FORMATIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Define temas/objetivos/estratégias de ação direcionados à compreensão e melhoria das práticas de E/A, com potencial formativo para professor/discente
3. FUNDAMENTAÇÃO ÉTICO-CONCEPTUAL ~	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamenta as suas opções em pressupostos éticos e conceptuais atuais e relevantes (pedagogia e didática das Artes Visuais), orientados para o desenvolvimento de práticas inclusivas, centradas nas aprendizagens e favorecedoras do sucesso educativo
4. INVESTIGAÇÃO AO SERVIÇO DA PEDAGOGIA/DIDÁCTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Prevê o recurso a estratégias de investigação pedagógica que apoiem a compreensão e avaliação das práticas de E/A (recolha e análise de informação)
B. Intervenção pedagógica supervisionada – Aulas Assistidas - Planificação da ação versus descrição da ação - monitorização e avaliação da ação.	
5. ARTICULAÇÃO COM O PLANO DE INTERVENÇÃO/ FLEXIBILIZAÇÃO EM FUNÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Usa o plano de intervenção como guia de ação, ajustando a sua atuação ao contexto da prática e redirecionando opções em função de situações imprevistas relevantes à aprendizagem dos alunos e ao seu desenvolvimento profissional
6. VALIDADE CIENTÍFICA	<ul style="list-style-type: none"> • Mobiliza/ aprofunda conhecimentos disciplinares relevantes à concretização do plano de intervenção • Mobiliza/ desenvolve conhecimentos didáticos relevantes à concretização do plano de intervenção
7. ADEQUAÇÃO CURRICULAR/ PEDAGÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> • Articula as suas decisões com os documentos reguladores e o contexto de E/A • Integra na planificação/ação a dimensão do “aprender a aprender” (estratégias de aprendizagem) • Sequencia a ação de forma potencialmente motivadora e significativa para os alunos • Promove a participação e a negociação de saberes, experiências e decisões • Envolve os alunos em práticas de autorreflexão e reflexão sobre o processo de E/A • Estimula a criatividade, o espírito crítico, a autoconfiança e a vontade de aprender
8. DIMENSÃO INVESTIGATIVA (COMPREENSÃO E AVALIAÇÃO DA AÇÃO)	<ul style="list-style-type: none"> • Posiciona-se criticamente face à sua ação (o que faço? porquê? com que implicações?), problematizando-a à luz de referentes ético-conceptuais e do contexto de intervenção • Recolhe informação para compreender e avaliar a ação desenvolvida (diálogo com os alunos, observação de aulas, análise dos trabalhos dos alunos, questionários, etc.) • Identifica e problematiza constrangimentos e dilemas da prática • Traça/ sugere planos de ação futura em função da avaliação da ação • Identifica e procura colmatar necessidades de formação decorrentes da avaliação da ação • Avalia a qualidade do seu desenvolvimento profissional e das suas condições de formação
C. Atitudes / posturas profissionais	
9. RESPONSABILIDADE/ EMPENHO / ESPÍRITO COLABORATIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Cumpre as obrigações e normas consensualmente estabelecidas • Assume responsabilidade pelas suas escolhas • Investe continuamente na sua formação, demonstrando interesse, esforço e iniciativa • Mantém uma atitude de abertura ao diálogo, à partilha e à cooperação
10. HONESTIDADE INTELECTUAL	<ul style="list-style-type: none"> • Revela autenticidade e integridade nas suas atitudes profissionais • Explicita dúvidas, problemas, dilemas ou conflitos e participa na sua resolução
11. REFLEXIVIDADE / ESPÍRITO (AUTO-)CRÍTICO	<ul style="list-style-type: none"> • Reflete regularmente (oralmente/por escrito) sobre a prática profissional (sua e de outros) e os contextos em que esta decorre • Documenta a sua reflexão com elementos da prática (materiais pedagógicos, registos de observação, dados de investigação, trabalhos dos alunos, etc.) • Revela capacidade de autoquestionamento e questionamento dos contextos pedagógico e formativo
D - Participação na escola e relação com a comunidade	
12. INTEGRAÇÃO, NO ÂMBITO DAS DIFERENTES DIMENSÕES DA ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO EDUCATIVA E NO CONTEXTO DA COMUNIDADE EM QUE ESTA SE INSERE.	<ul style="list-style-type: none"> • Perspetiva a escola e a comunidade como espaços de educação inclusiva e de intervenção social – exercício de uma cidadania democrática; • Participa no PEE, desenvolvendo os respetivos projetos curriculares [PCT], atividades de administração e gestão da escola, articulando os vários níveis e ciclos de ensino; • Integra no PCT saberes e práticas sociais da comunidade, conferindo-lhes relevância educativa; • Colabora com todos os intervenientes no processo

	<p>educativo, favorecendo a criação e o desenvolvimento de relações de respeito mútuo entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente, bem como com outras instituições da comunidade;</p> <p>• Valoriza a escola enquanto pólo de desenvolvimento social e cultural, cooperando com outras instituições da comunidade e participando nos seus projetos;</p>
--	---

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES DE ACESSO, INGRESSO, CREDITAÇÃO e DISPENSA DE PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Artigo 7º

Condições de Acesso, Ingresso

1. São admitidos ao ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre os candidatos nas condições previstas nos seguintes artigos: Art.º 17º - *Acesso e ingresso no ciclo de estudos conducente ao grau de mestre* -, ponto 1, do Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho, seriados até ao limite de vagas do ciclo de estudos a que se candidatam e Artº 11º- *Regras específicas de ingresso nos ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre*, do DL 43/2007, de 22 de Fevereiro, com a redacção do D.L. 220/2009, de 8 de Setembro - *Artigo 6.º_ Regras específicas de ingresso nos ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre*:

- a) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;
- b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
- c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos;
- d) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal que tenham obtido, quer no quadro desta habilitação académica, quer em outros ciclos de estudos do ensino superior, os créditos mínimos - 120 créditos de formação na área de docência (Artes Visuais);
- e) Podem, ainda, candidatar-se ao ingresso num ciclo de estudos conducente ao MEAV, aqueles que apenas tenham obtido 75 % dos créditos fixados para essa especialidade nos termos da alínea anterior - d);
- f) Na situação prevista na alínea anterior - e), a inscrição nas unidades curriculares das componentes de didácticas específicas [«*Didáctica das Artes Visuais I*» (1ºano-1ºsemestre) e «*Didáctica das Artes Visuais II*» (1º ano - 2º semestre) e de iniciação à prática profissional, incluindo a Prática de Ensino Supervisionada orientada na UC de Estágio Pedagógico »(2º semestre-2º ano) e «*Seminário de Investigação I*» (1ºsemestre-2ºano) e «*Seminário de Investigação II*» (2º semestre-2º ano)], fica condicionada à obtenção dos créditos em falta.
- g) Na situação prevista na alínea anterior, f), considera-se que o número de créditos mínimos é condicionado ao facto de que o aluno tenha obtido créditos nas áreas de conhecimento ou disciplinas de: Geometria Descritiva; História da Arte ou História do Design ou História da Arquitectura; Design [industrial ou de equipamento/ de Comunicação ou Gráfico/ de Multimédia/ de Moda] ou Artes Plásticas (Pintura e Escultura) ou Arquitectura ou Audiovisuais e Multimédia ou Cinema e Vídeo e Desenho;
- h) De acordo com o Artigo 45º - *Creditação* - D.L. nº 74/2006, de 24 de Março, republicado pelo Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de agosto; tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção de grau académico ou diploma, os estabelecimentos de ensino superior também creditam nos seus ciclos de estudos (1º e 2º ciclos) a formação realizada no âmbito dos Cursos de Especialização Tecnológica (CETs)⁵ até ao limite de um terço do total dos créditos do ciclo de estudos;

⁵ Os Cursos de Especialização Tecnológica (CET) são formações pós-secundárias não superiores que visam o aprofundamento de conhecimentos científicos e tecnológicos numa determinada área de formação, bem como o desenvolvimento ou reforço de competências para o exercício profissional. Os CET têm a duração aproximada de um ano (entre as 1200 horas e as 1560 horas) e incluem uma formação em contexto de trabalho com uma carga horária entre 360 e 720 horas. O Plano de formação dos CET

i) **Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos.**

j) De acordo com o Regime Geral de Avaliação de Conhecimentos em vigor na UBI - **Artigo 41º - Disposições finais e transitórias - alínea 5:** Para os estudantes que venham a ingressar na UBI no âmbito dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso e Concursos Especiais e que solicitem aquando da candidatura ou da matrícula a creditação da sua formação escolar e experiência profissional é facultado durante o regime transitório às Direcções de Curso /Comissão de Creditação aquando da definição de um plano de estudos próprio disporem para a elaboração dos mesmos globalmente até mais 12 unidades de crédito para além das 60 unidades de crédito, anuais, a distribuir, se necessário, por 1 ou 2 anos lectivos curriculares.

l) O reconhecimento e creditação a que se referem as alíneas h) a j), anteriores, tem como efeito apenas o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o reconhecimento desse grau e, caso o aluno não se matricule, perde o direito a essa creditação.

m) O aluno pode, por opção própria, inscrever-se em UCs do 1º ciclo ou do 2º ciclo [não podendo ultrapassar 72 créditos por ano], que considere que complementam a sua formação, nomeadamente as oferecidas pela Universidade da Beira Interior, quer nos 1ºs ciclos, quer nos 2ºs ciclos de estudos figurando estas em Suplemento ao Diploma do MEAV, caso o aluno o solicite;

Artigo 8º

Dispensa da Prática de Ensino Supervisionada

1. Estão dispensados da realização da Prática de Ensino Supervisionada, prévio pedido por parte do aluno interessado, os alunos que, durante a sua formação académica anterior, tenham realizado Prática de Ensino Supervisionada na área disciplinar de Artes Visuais, no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

1.1. De acordo com D.L. 43/2007 - **CAPÍTULO IV - Disposições transitórias e finais. - Artigo 26º - Regime aplicável às actuais habilitações profissionais** - com alteração do DL 220/2009, de 8 de Setembro - **Artigo 8º - Regime aplicável às actuais habilitações profissionais** - e, ainda, de acordo com o Despacho n.º 10151/2009 do Gabinete do Secretário de Estado da Educação:

a) Aqueles que adquiriram habilitação profissional para a docência no âmbito de legislação anterior à entrada em vigor do presente decreto-lei mantêm essa habilitação para a docência no domínio em que a obtiveram. São reconhecidos como detentores de habilitação profissional os candidatos que ao abrigo do Despacho n.º 10151/2009, reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

i) Que à data da inscrição no curso sejam titulares de **HABILITAÇÃO PRÓPRIA (ANEXO II: CURSOS QUE CONFEREM HABILITAÇÃO PRÓPRIA PARA A DOCÊNCIA - DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO)** para a docência, nos termos da legislação aplicável;

ii) Possuam, pelo menos, **seis anos completos de serviço docente efectivo** quando ingressarem no 2º ano do mestrado, estando, assim, nos termos do artigo 43.º do Decreto -Lei n.º 287/88, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 345/89,

integra: a) Uma componente de formação geral e científica; b) Uma componente de formação tecnológica; b) Uma formação em contexto de trabalho.

Destinam-se a quem: a) Tenha concluído o ensino secundário ou que, não o tendo concluído, tenha obtido aprovação em todas as disciplinas dos 10.º e 11.º anos e tenha estado inscrito no 12.º ano; b) Seja detentor do nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações ou de um diploma de especialização tecnológica; c) Possua um grau ou diploma do ensino superior e pretenda uma requalificação profissional.

A aprovação num CET confere o nível 5 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações e um diploma de especialização tecnológica (DET). Este diploma é conferido após o cumprimento de um plano de formação com um número de créditos ECTS compreendido entre 60 e 90. O número de créditos ECTS exigido é acrescido de 15 a 30 para quem ingressar no CET sem o 12.º ano. Nestes casos, a conclusão do CET confere o reconhecimento do nível secundário de educação.

Ver ANEXO V: Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

de 11 de Outubro, dispensados do segundo ano da profissionalização, isto é, Prática de Ensino Supervisionada;

iii) Tenham concluído o curso da profissionalização em serviço ao abrigo do presente despacho até ao termo do ano escolar em que ingressam no 2º ano do mestrado. O Despacho reconhece como profissionalização em serviço, para efeitos do Decreto -Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, na redacção dada pelos Decretos -Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro, Decreto -Lei n.º 15 -A/99, de 19 de Janeiro, e Decreto -Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, a conclusão com aproveitamento do curso de Profissionalização em Serviço, ministrado pela Universidade Aberta, até ao final de 2009 -2010.

iv) O não preenchimento, pelo candidato, do requisito de tempo de serviço mínimo exigido pela alínea ii) à data da sua matrícula no curso de Profissionalização em Serviço, não obsta a que o mesmo seja reconhecido como detentor de habilitação profissional, desde que, tendo sido aceite a sua matrícula, o candidato, para além do cumprimento dos restantes requisitos, venha a completar seis anos de serviço docente efectivo, entre o momento dessa matrícula e o momento em que ingressa no 2º ano do mestrado.

iv) A classificação profissional resulta da aplicação da fórmula referida no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto -Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto -Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, com a adaptação prevista no n.º 3 do artigo 43.º do Decreto -Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto -Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

v) A homologação da classificação profissional deve ser requerida pelos interessados ao director-geral dos Recursos Humanos da Educação, devendo ser anexados, ao pedido, os certificados do curso de Profissionalização e da Licenciatura de ingresso no curso.

vi) A classificação profissional, homologada pelo Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação, é publicada no Diário da República, 2.ª série, produzindo efeitos no dia 1 de Setembro seguinte ao da conclusão do curso.

b) Assim, de acordo com o Despacho n.º 10151/2009 do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, a Comissão Científica de Curso do MEAV considera, que estão dispensados da realização da Prática de Ensino Supervisionada (*vulgo* Estágio Pedagógico), prévio pedido por parte do aluno interessado, os alunos que possuam seis anos (2190 dias) de experiência de prática lectiva na área disciplinar de Artes Visuais, no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, até ao dia 31 de Agosto do ano lectivo anterior àquele em que completem o 1º ano curricular. Não estão, no entanto, dispensados da Realização/Defesa do Relatório de Estágio, e da frequência da Unidade Curricular de Estágio Pedagógico. Neste caso o Relatório de Estágio será baseado na sua experiência curricular anterior ou, se estiverem a leccionar nos referidos ciclos de estudo durante a frequência da UC de Estágio Pedagógico, conterá referências específicas a esse ano lectivo de leccionação.

1.2. O pedido de dispensa da Prática de Ensino Supervisionada deve ser apresentado, pelo interessado, aquando da matrícula e inscrição quando em termos de pré-creditação tenha sido integrado no 2º ano curricular do curso.

a) A instrução do pedido de dispensa deve incluir:

i) Os conteúdos programáticos das unidades curriculares referentes à Prática de Ensino Supervisionada realizadas na formação académica anterior, no caso referido na alínea a) do número anterior;

ii) O registo biográfico em que conste a actividade lectiva realizada, no caso referido na alínea b) do número anterior.

b) A concessão da dispensa prevista nas alíneas a) e b) do número anterior -1.1. -deve ser avaliada pela Comissão Científica de Curso.

c) Na situação de dispensa prevista na alínea a) do número anterior -1.1.:

i) A classificação na componente de Prática de Ensino Supervisionada corresponde à classificação média na escala de 0 a 20 valores, arredondada às unidades, das classificações obtidas na formação académica anterior em unidades curriculares que concretizem a Prática de Ensino Supervisionada.

ii) A Comissão Científica de Curso fixará a classificação da componente de desempenho do estudante correspondente à PES na escola cooperante, para efeitos de apuramento pelo júri, aquando da classificação da defesa pública do relatório da unidade curricular que concretiza aquela.

CAPÍTULO IV

CANDIDATURA, CRITÉRIOS DE SERIAÇÃO E CRITÉRIOS DE CREDITAÇÃO DE FORMAÇÃO ANTERIOR

Artigo 9º

Formalização da Candidatura

- a) A candidatura deve ser formalizada nos Serviços Académicos da UBI ou online no respectivo site em impresso próprio.
- b) Os períodos de candidatura são anualmente divulgados no site dos Serviços Académicos, existindo 3 fases de candidatura.
- c) Os Documentos necessários para a Candidatura, de acordo com o *Artigo 7º - Candidatura -*, do *Regulamento de Grau de Mestre da UBI* - revistos pela Comissão Científica de Curso são, para os candidatos titulares de Licenciaturas ou 1º ciclo em Universidades/Politécnicos Portuguesas COM Habilitação Própria para o Grupo 600 [ANEXO II: CURSOS QUE CONFEREM HABILITAÇÃO PRÓPRIA PARA A DOCÊNCIA - DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO]:
- i. Curriculum Vitae;
 - ii. Certidão de conclusão da Licenciatura com indicação da média estando disto dispensados os alunos da UBI.
 - iii. Certificado discriminativo das unidades curriculares e classificação;
- d) Os Documentos necessários para a Candidatura, de acordo com o *Artigo 7º - Candidatura -*, do *Regulamento de Grau de Mestre da UBI* - revistos pela Comissão Científica de Curso são, para os candidatos titulares de Licenciaturas ou 1º ciclo em Universidades/Politécnicos Portuguesas SEM Habilitação Própria para o Grupo 600 [ANEXO II: CURSOS QUE CONFEREM HABILITAÇÃO PRÓPRIA PARA A DOCÊNCIA -DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO]:
- i. Curriculum Vitae;
 - ii. Certidão de conclusão da Licenciatura com indicação da média estando disto dispensados os alunos da UBI.
 - iii. Certificado discriminativo das unidades curriculares e classificação;
 - iv. Conteúdos programáticos das unidades curriculares
- e) Os Documentos necessários para a Candidatura, de acordo com o *Artigo 7º- _Candidatura -*, do *Regulamento de Grau de Mestre da UBI* - revistos pela Comissão Científica de Curso são, para os titulares de licenciaturas em universidades estrangeiras, o candidato, caso não tenha equivalência, deve apresentar no acto da candidatura o CV e o suplemento ao diploma, ou equivalente, em vigor nos estados membros da União Europeia aderentes ao Processo de Bolonha, no entanto, nos casos em que o suplemento ao diploma não seja aplicável deve apresentar:
- i. Carta de curso ou diploma;
 - ii. Certificado discriminativo das unidades curriculares e classificação;
 - iii. Conteúdos programáticos das unidades curriculares;
 - iv. Informação geral sobre a universidade e unidade orgânica.
 - v. Os documentos constantes nos pontos e)i. e e)ii. terão de ser validados pelo Consulado de Portugal do país onde o candidato obteve o grau.
 - vi. Após verificação da legalidade da documentação pelos Serviços Académicos e posterior análise pelo Director de Curso, o reconhecimento efectuado é válido apenas para o ciclo de estudos para o qual é formalizada a candidatura.

Artigo 10º

Regulamento de Creditação

1. O aluno pode solicitar, no ato da candidatura, creditação a UCs do Mestrado de formações escolares anteriores e de experiência escolar, docente e académica e profissional. Assim, de acordo com o - Artº 45 - Creditação - da republicação do **Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março**, pelo **Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto**, a Comissão Científica de Curso:

- a) Credita a formação realizada no âmbito de outros ciclos de estudos superiores conferentes de grau em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, quer a obtida no quadro da organização decorrente do Processo de Bolonha, quer a obtida anteriormente;
- b) Credita a formação realizada no âmbito dos cursos de especialização tecnológica, ou outra formação não abrangida pelas alíneas anterior ou subsequentes, até ao limite de um terço do total dos créditos do ciclo de estudos, nomeadamente: CETs; Cursos Profissionalizantes reconhecidos pelo IEFP - **da Área de Formação (Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março) - 213-AUDIOVISUAIS E PRODUÇÃO DOS MÉDIA**, e Cursos das antigas Escolas de Artes Decorativas - António Arroio (Lisboa); Avelar Bruterio (Coimbra); SOARES DOS REIS (Porto);
- c) Credita as unidades curriculares realizadas no Mestrado, por extensão, em regime sujeito a avaliação com aproveitamento, até ao limite de 50% do total dos créditos do ciclo de estudos;
- d) Pode atribuir créditos pela formação realizada no âmbito de cursos não conferentes de grau académico em estabelecimentos de ensino superior nacionais ou estrangeiros, até ao limite de 50% do total dos créditos do ciclo de estudos;
- e) Pode atribuir créditos pela experiência profissional devidamente comprovada, até ao limite de um terço do total dos créditos do ciclo de estudos.

2 - O conjunto dos créditos atribuídos ao abrigo das alíneas b), d), e e) do número anterior não pode exceder dois terços do total dos créditos do ciclo de estudos.

3 - A atribuição de créditos ao abrigo da alínea e) do n.º 1 pode ser total ou parcialmente condicionada à realização de procedimentos de avaliação de conhecimentos específicos.

4 - Esta creditação é feita por deliberação da Comissão Científica de Curso, na sequência de requerimento apresentado pelo aluno interessado no momento da Candidatura online ou, se a documentação ultrapassar os 20 Mgs., por escrito, nos Serviços Académicos e uma vez verificadas as exigências do perfil específico de ensino no domínio de HABILITAÇÃO PRÓPRIA para a docência em Artes Visuais no 3º ciclo do EB e no ES.

4.1 - No caso do número anterior, junto com o requerimento ou na candidatura online o candidato deverá juntar Certificado de Conclusão do Curso em questão, Certificado discriminativo das disciplinas e programa das disciplinas a que pede creditação.

5 - A creditação:

- a) Não é condição suficiente para o ingresso no ciclo de estudos;
- b) Só produz efeitos após a admissão no ciclo de estudos e para esse mesmo ciclo.

Artigo 11º

Critérios de Seriação

1. De acordo com o disposto no nº 12 do Despacho 11/R/2010 - Regulamento do Grau de Mestre da UBI, as operações materiais de seriação e colocação são realizadas pelos serviços académicos, que elaboram e disponibilizam, para cada Director de Curso, as listas ordenadas daí resultantes, introduzindo o director de curso, no sistema informático os valores dos factores de seriação e selecção de cada candidato, sendo o sistema informático, que calcula automaticamente de acordo com a seguinte fórmula:

$$CS = (0,2xA/5+0,5xB/20+0,2xC/5+0,1xD/20) \times 200.$$

Na Classificação de Seriação - CS - os factores são:

A - Natureza do curso e do estabelecimento de ensino em que foi obtida a aprovação no 1.º ciclo de estudos - de 1 a 5 pontos - No caso do MEAV:

- i) Licenciaturas não congéneres com a área - **1 ponto**;
- ii) Licenciaturas não congéneres com a área e frequência de 75% de UCs da área das Artes Visuais, incluindo as Licenciaturas em Professores de EVT-2º ciclo, sem obtenção de conclusão de Curso de Licenciatura ou Mestrado (ficando a obtenção do MEAV sujeita à obtenção dos 120 créditos em Artes Visuais) - **2 pontos**;
- iii) Licenciaturas com pelo menos 120 ECTS na área das Artes Visuais, realizadas em Politécnicos ou ESCOLAS SUPERIORES DE ARTES ou ARTES DECORATIVAS, incluindo as realizadas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva - **3 pontos**;
- iv) Licenciaturas que conferem **HABILITAÇÃO PRÓPRIA (ANEXO II: CURSOS QUE CONFEREM HABILITAÇÃO PRÓPRIA PARA A DOCÊNCIA-DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO)** para a docência no Grupo de Recrutamento 600 - Artes Visuais, realizadas em Universidades Privadas Portuguesas ou no IADE - **4 pontos**;
- v) Licenciaturas que conferem **HABILITAÇÃO PRÓPRIA (ANEXO II: CURSOS QUE CONFEREM HABILITAÇÃO PRÓPRIA PARA A DOCÊNCIA-DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO)** para a docência no Grupo de Recrutamento 600 - Artes Visuais, realizadas em Universidades Públicas Portuguesas - **5 pontos**.

B - Classificação do grau de licenciado ou equivalente legal, na escala 0-20. No caso de o candidato ter uma Pós-graduação, Mestrado [pré- ou pós-Bolonha] ou Doutoramento ligado à área das Artes visuais é considerada a classificação mais elevada do ciclo respectivo, desde que o candidato tenha 120 créditos na área das Artes Visuais.

C - Currículo escolar, académico, científico, técnico e profissional na área da especialização (Excelente = 5 valores; Muito Bom = 4 valores; Bom = 3 valores; Suficiente = 2 valores; Medíocre = 1 valor). Na avaliação do CV é ponderada, por comparação, a qualidade dos CVs, apresentados nas 3 fases da candidatura num mesmo ano, não sendo comparável com candidaturas de anos lectivos antecedentes:

- i) **5 pontos** - Classificação de licenciatura superior ou igual a 16 valores e actividade docente no grupo de recrutamento [600] de 5 anos e actividade profissional e portfolio de reconhecida qualidade;
- ii) **4 pontos** - Classificação de licenciatura superior ou igual a 14 valores e actividade docente no grupo [600] de 4 anos e actividade profissional e portfolio de reconhecida qualidade;
- iii) **3 pontos** - Classificação de licenciatura inferior a 14 valores e actividade docente no grupo de recrutamento [600] de 3 anos e actividade profissional e portfolio de reconhecida qualidade;

iv) **2 pontos** - Classificação de licenciatura inferior a 14 valores e actividade docente no grupo de recrutamento [600] até 3 anos e actividade profissional e portfolio de reconhecida qualidade;

iv) **1 ponto** - Todos os outros candidatos.

D - Classificação obtida na prova de língua portuguesa a qual é pré-requisito e, como tal, obrigatória. Para os candidatos dispensados, provenientes de Licenciaturas em Línguas e Literaturas Modernas, considera-se a classificação do grau de licenciado ou equivalente. Aos candidatos que satisfaçam cumulativamente as duas condições será atribuída a classificação mais elevada.

2. No caso das Licenciaturas não congêneres com a área, a Comissão Científica de Curso deverá garantir que o candidato tem 120 créditos na área das Artes Visuais, podendo o candidato inscrever-se no 1º ano, caso seja colocado, após seriação, apenas com 75% desses créditos realizados (90 créditos), cabendo à Comissão Científica de Curso elaborar um plano de estudos com estas UCs e a creditação dos 90 (75%) ou 120 créditos, entretanto obtidos, com base no Certificado das UCs realizadas, emitido pelo Estabelecimento de Ensino Superior em que o aluno obtenha frequência. Neste caso terá que ser o aluno a apresentar um requerimento à Comissão Científica de Curso até ao final do mês de Julho anterior ao ano lectivo em que o aluno se candidata.

CAPÍTULO V

Matrícula, Inscrição, Prazos e Calendário lectivo

Artigo 12º

Matrícula, Inscrição, Prazos e Calendário lectivo

1. É condição para realizar a matrícula e inscrição que os candidatos sejam colocados nas vagas fixadas para o efeito. O número de vagas é fixado por despacho do Reitor sob proposta do Conselho Científico e é divulgado até Abril de cada ano.
2. As matrículas são realizadas no prazo fixado, sob pena de caducidade do direito emergente da seriação e selecção.
3. A inscrição é anual.
4. Os candidatos que não realizam a matrícula libertam as vagas ocupadas no processo de selecção e seriação.

CAPÍTULO V

COMISSÃO DE CURSO, DIRECTOR DE CURSO, COMISSÃO COORDENADORA; COMISSÕES DE ESTÁGIO; NÚCLEOS DE ESTÁGIO

Artigo 13º

Direcção de Curso

1. O 2º ciclo de estudos em Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário terá um Director e uma Comissão de Curso que o coadjuvará no acompanhamento científico e pedagógico.
2. O Director de Curso é um professor com o grau de Doutor, proposto pelo Presidente de Departamento, sendo objeto de deliberação do Conselhos Científicos Departamental (CCD) e Conselho Científico de Faculdade (CCF) e posterior homologação por parte do Reitor.

2.1. São competências gerais do Diretor de Curso as que constam no **DESPACHO Nº24/R/2013 (Regulamento das Comissões de Curso)**, da UBI:

- a) Presidir às Comissões de Curso;
- b) Ajuizar o Presidente do Departamento responsável pelo curso na elaboração da distribuição de serviço docente do curso ou, no caso de cursos de natureza interdepartamental, articular-se com os Presidentes de Departamentos que participam no curso para a elaboração da distribuição de serviço docente;
- c) Propor à Comissão Científica o regulamento do curso;
- d) Zelar pelo bom funcionamento dos cursos, nomeadamente nos seus aspetos científicos, pedagógicos e organizativos;
- e) Elaborar um relatório anual de autoavaliação do curso, incluindo uma análise dos pontos fortes e fracos, e propostas de atuação futura.
- f) Pronunciar-se sobre qualquer assunto relacionado com o funcionamento do curso, por solicitação dos órgãos da Faculdade.

Artigo 14º

COMISSÃO DE CURSO: A) COMISSÃO CIENTÍFICA DE CURSO; B) COMISSÃO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.

3. A COMISSÃO DE CURSO, funciona nos termos definidos pelo **DESPACHO Nº24/R/2013 (Regulamento das Comissões de Curso)**, da UBI, e é composta pela: a) COMISSÃO CIENTÍFICA DO CURSO; b) COMISSÃO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.

3.1. A COMISSÃO CIENTÍFICA DO CURSO é constituída pelo Diretor de Curso, que preside, e por 3 (três) a 8 (oito) professores do curso, oriundos das áreas científicas que integram os cursos.

3.1.1. A composição da COMISSÃO CIENTÍFICA DO CURSO é proposta pelo Diretor de Curso, para aprovação nos Conselhos Científicos (CCD e CCF) e homologação pelo Reitor.

3.2. A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA é constituída pelo Diretor de Curso, pelos Professores Coordenadores de ano e pelos delegados de cada ano.

3.2.1. O Professor Coordenador de ano é designado pelo Diretor de Curso de entre os professores da Comissão Científica do Curso que lecionam nesse ano.

3.2.2. O Delegado de cada ano é um aluno eleito pelos seus pares, sendo a sua eleição promovida pelo respetivo Coordenador, em articulação com o Diretor de Curso.

3.3. São competências da COMISSÃO CIENTÍFICA DE CURSO as que constam no **DESPACHO Nº24/R/2013 (Regulamento das Comissões de Curso)**, da UBI:

- a) Promover a articulação entre os conteúdos programáticos das diversas unidades curriculares e os respetivos objetivos de ensino/aprendizagem tendo em conta os objetivos gerais de formação;
- b) Colaborar na preparação das propostas de alteração dos planos de estudos do curso, a submeter, para aprovação, ao Conselho Científico da Faculdade;
- c) Contribuir para a promoção nacional e internacional do curso;
- d) Analisar as metodologias, critérios de avaliação e resultados da aprendizagem nas diferentes unidades curriculares;
- e) Identificar anomalias no funcionamento do curso e propor medidas para as resolver;
- f) Organizar os processos de equivalência de unidades curriculares e de planos individuais de estudo;
- g) Colaborar, se aplicável, na elaboração da proposta de júris de provas académicas a apresentar aos Conselhos Científicos;
- h) Aconselhar o Diretor de curso em todos os assuntos para os quais é consultada;
- i) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pelo Conselho Científico, pelo Conselho Pedagógico ou Presidente da Faculdade.

3.3. São competências da COMISSÃO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA as que constam no **DESPACHO Nº24/R/2013 (Regulamento das Comissões de Curso)**, da UBI:

- a) Verificar o normal funcionamento do curso e propor ao Diretor do Curso medidas que visem ultrapassar eventuais dificuldades funcionais;
- b) Servir de primeira instância na resolução de conflitos de carácter pedagógico que surjam no âmbito do curso.

4. PERIODICIDADE DAS REUNIÕES: A COMISSÃO DE CURSO reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que necessário, por convocatória do Diretor de Curso.
5. DURAÇÃO DOS MANDATOS: A COMISSÃO CIENTÍFICA DO CURSO tem um mandato de dois anos, igual ao dos Diretores de Curso. As COMISSÕES DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA têm um mandato de um ano.

Artigo 15º

ORGAOS DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA: A) COMISSÃO COORDENADORA; B) COMISSÕES DE ESTÁGIO; C) NÚCLEOS DE ESTÁGIO

2 - De acordo com o DESPACHO N.º 38/R/2013 [Assunto: Regulamento da Prática de Ensino Supervisionada - 2.ºs ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre em ensino na Universidade da Beira Interior] no seu artº. 4 - *Orgãos* - A PES organiza-se, na UBI, em: a. Comissão Coordenadora; b. Comissões de PES, genericamente designadas por “Comissões de Estágio”; c. Núcleos de PES, genericamente designadas por “núcleos de estágio”, sendo que, as funções e composição das mesmas se encontra estipulada, no mencionado despacho, no Artº 5 - Comissão Coordenadora; Artº. 6 - Comissões de Estágio; Artº. 7 - Núcleos de Estágio.

2.1. COMISSÃO COORDENADORA:

2.1.1. COMPOSIÇÃO da COMISSÃO COORDENADORA:

- “a. O Presidente, sendo por inerência o Presidente da Secção Pedagógica do Senado da UBI;
b. Os Presidentes das Comissões de Estágio.” (artigo 5º - Comissão Coordenadora)*

2.1.2. COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO COORDENADORA:

- “2. São competências da Comissão Coordenadora:
a. Aprovar a distribuição do n.º de estudantes prováveis e respetivos orientadores da UBI, pelos núcleos de estágio, até 15 de junho;
b. Coordenar as atividades das Comissões de Estágio;
c. Promover a uniformização da metodologia de avaliação dos estudantes estagiários;
d. Promover a avaliação do funcionamento dos estágios;
e. Propor à Secção Científica do Senado alterações ao Regulamento da PES da UBI.” (artigo 5º - Comissão Coordenadora)*

2.1.3. PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DA COMISSÃO COORDENADORA:

- “3. A Comissão Coordenadora reúne:
3.1. Ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, antes do início do ano escolar;
3.2. Extraordinariamente, mediante convocatória do presidente, sempre que este o julgue necessário, ou por proposta da maioria dos seus membros.” (artigo 5º - Comissão Coordenadora)*

2.2. COMISSÃO DE ESTÁGIO:

2.2.1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ESTÁGIO:

- “a. Todos os orientadores da UBI e das escolas cooperantes ligados aos núcleos de estágio da mesma área curricular ou disciplina(s);
b. Um representante dos estudantes estagiários por cada núcleo da mesma área curricular ou disciplina(s).*

2.2.1.1. Compete aos estudantes estagiários de cada núcleo promoverem a eleição do seu representante na Comissão de Estágio e a sua indicação ao respetivo Presidente, até 3 dias úteis após a data estabelecida para apresentação na escola.

2.2.1.2. Na Comissão de Estágio participará, ainda, um representante da área de Ciências da Educação.

2.2.2. COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE ESTÁGIO:

2.2.2.1. Compete à Comissão de Estágio:

- “a. Elaborar a planificação anual dos estágios e o respetivo calendário de desenvolvimento, ouvidos os núcleos de estágio;*

- b. Definir os critérios de avaliação dos estudantes estagiários, tendo em conta o disposto na alínea b) e c) do n.º 2 do artigo 5.º;
- c. Definir critérios uniformes de acompanhamento e observação dos estudantes estagiários, incluindo o número de aulas a lecionar pelos mesmos (conforme protocolado um mínimo de 6 horas por período letivo) e a observar pelos orientadores da UBI, em função da especificidade de cada área curricular ou disciplina(s) em que é realizado o estágio, tendo em conta o disposto na alínea b) do n.º 2 do Artigo 5.º;
- d. Coordenar e apoiar atividades de natureza científica e pedagógico didática a realizar em cada núcleo de estágio;
- e. A Comissão de Estágio definirá normas específicas destinadas aos alunos que estejam ao abrigo do estatuto do trabalhador-estudante, de modo a que estes possam conjugar a sua atividade profissional com o estágio, sem prejuízo da observância dos princípios estabelecidos nos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º.
- f. Assegurar a ligação entre os núcleos de estágios e a Comissão Coordenadora.” (Artigo 6.º - Comissões de Estágio)

- 2.2.2.1. A Comissão de Estágio será presidida pelo Diretor de Curso, ao qual compete:
- “a. Convocar e presidir às reuniões da Comissão de Estágio;
 - b. Promover as reuniões periódicas obrigatórias;
 - c. Promover a atribuição da classificação, devidamente fundamentada, pelos orientadores da UBI, da escola e do Coordenador do Departamento curricular correspondente ou o Coordenador do Conselho de docentes;
 - d. Preencher e enviar as pautas-termo da classificação da unidade curricular que concretiza a PES aos Serviços Académicos.” (Artigo 6.º - Comissões de Estágio)

2.2.3. PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DA COMISSÃO DE ESTÁGIO:

- “2. A Comissão de Estágio reúne:
- 2.1. Ordinariamente, pelo menos uma vez por semestre letivo, sendo uma das reuniões realizada antes do início do ano escolar;
 - 2.2. Extraordinariamente, mediante convocatória do Presidente, sempre que este o julgue necessário, ou por proposta da maioria dos seus membros;
 - 2.3. A Comissão de Estágio, sempre que o entenda conveniente, poderá desdobrar-se em várias subcomissões, cada uma das quais englobará os núcleos de estágio que a Comissão determinar.” (Artigo 6.º - Comissões de Estágio)

2.2. NÚCLEOS DE ESTÁGIO:

2.2.1. COMPOSIÇÃO DOS NÚCLEOS DE ESTÁGIO:

- “1. O núcleo de estágio constitui-se por área(s) curricular(es) ou disciplina(s) e compreende:
- 1.1. Um ou dois professores orientadores da UBI ligados à(s) área(s) curricular(es) ou disciplina(s) a que a PES respeita, dos quais um deles assumirá a presidência do núcleo;
 - 1.2. Um ou dois professores orientadores cooperantes da escola, consoante a PES englobar, respetivamente, uma ou duas áreas curriculares ou disciplinas;
 - 1.3. Os estudantes estagiários do núcleo.
2. O núcleo está aberto à presença e colaboração de outros professores, sempre que essa abertura seja motivo de enriquecimento e não afete a eficácia do trabalho.” (Artigo 7.º Núcleos de Estágio)

2.2.2. COMPETÊNCIAS DOS NÚCLEOS DE ESTÁGIO:

- “4.1. Organizar e distribuir as assistências a aulas e as leções de aulas/unidades didáticas, tendo em conta a planificação definida pela Comissão Coordenadora e Comissão de Estágio;
- 4.2. Dinamizar as atividades letivas as quais podem compreender visitas de estudo e outras formas de ligação escola-meio e atividades inter e transdisciplinares, mediante prévio acordo da direção do estabelecimento de ensino;
- 4.3. Organizar as sessões de natureza pedagógico-didática e de debate e de esclarecimento nomeadamente com vista a uma reflexão sobre o trabalho efetuado, a realizar no final de cada semestre.” (Artigo 7.º Núcleos de Estágio)

2.2.3. PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DOS NÚCLEOS DE ESTÁGIO:

- “3. O núcleo de estágio reúne:
- 3.1. Ordinariamente, pelo menos uma vez por período letivo, sendo uma das reuniões realizada antes do início do ano escolar;
 - 3.2. Extraordinariamente, mediante convocatória do Presidente, sempre que este o julgue necessário, ou por proposta da maioria dos seus membros.” (Artigo 7.º Núcleos de Estágio)

Artigo 16º

Designação do Supervisor do Estágio e Relatório na UBI

1. A realização do estágio e a elaboração do relatório devem ser orientadas por professor ou investigador doutorado da UBI.
2. A realização do estágio e a elaboração do relatório podem ainda ser co-orientados por professor ou investigador doutorado de outros estabelecimentos de ensino superior, bem como especialistas na área do estágio, reconhecidos como idóneos pelo órgão competente da instituição que confere o grau.
3. Em casos devidamente justificados pode admitir-se a orientação do estágio e da elaboração do relatório final por dois orientadores, nomeadamente, quando o número de professores estagiários, inscritos da UC de «Estágio Pedagógico» ultrapasse os 10;
4. O orientador e o co-orientador, quando existir, são designados sob parecer da respectiva Comissão Científica de Curso.

Artigo 17º

Escolas cooperantes e Protocolos [DL. 43/2007]

- 1— Nos termos e para os efeitos previstos no D.L. nº 43/2007, a UBI celebrará protocolos de cooperação com estabelecimentos de educação do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, adiante denominados escolas cooperantes, com vista ao desenvolvimento de actividades de iniciação à prática profissional, incluindo a prática de ensino supervisionada, e de investigação e desenvolvimento no domínio da educação.
- 2— Os protocolos previstos no número anterior regulam a colaboração institucional com carácter plurianual e devem prever, sempre que possível, que cada escola cooperante acolha docentes das várias especialidades ministradas pelo estabelecimento de ensino superior.
- 3 — Dos protocolos devem constar as seguintes indicações:
 - a) Domínios de habilitação profissional para a docência, incluindo os níveis e ciclos de educação e ensino e as respectivas áreas curriculares ou disciplinas em que se realiza a prática de ensino supervisionada;
 - b) Identificação dos orientadores cooperantes disponíveis para cada domínio de habilitação para a docência e eventuais contrapartidas disponibilizadas aos mesmos pela escola cooperante;
 - c) Número de lugares disponíveis para os estudantes de cada especialidade;
 - d) Funções, responsabilidades e competências de todos os intervenientes, incluindo os estudantes;
 - e) Condições para a realização da prática de ensino supervisionada nas turmas do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, sempre na presença do orientador cooperante;
 - f) Condições para a participação dos estudantes noutras actividades de desenvolvimento curricular e organizacional realizadas fora da sala de aula, desde que apoiados pelos orientadores cooperantes;
 - g) Contrapartidas disponibilizadas à escola pelo estabelecimento de ensino superior.
- 4— Cabe aos estabelecimentos de ensino superior participar activamente no desenvolvimento da qualidade de ensino nas escolas cooperantes, em articulação com os respectivos órgãos de gestão. Neste sentido os protocolos celebrados para o efeito entre a UBI e os estabelecimentos de ensino básico e secundário têm por base o modelo tipo constante em anexo ao **DESPACHO N.º 38/R/2013 [Assunto: Regulamento da Prática de Ensino**

Supervisionada - 2.ºs ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre em ensino na Universidade da Beira Interior] de que faz parte integrante.

Artigo 18º **Orientadores cooperantes [DL. 43/2007]**

1— Os docentes das escolas cooperantes que colaboram na formação como orientadores, adiante denominados orientadores cooperantes, são escolhidos pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior, colhida a prévia anuência do próprio e a concordância da direcção executiva da escola cooperante.

2— Os **orientadores cooperantes** devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Posse das competências adequadas às funções a desempenhar; e
- b) Prática docente nas respectivas áreas curriculares ou disciplinas, nunca inferior a cinco anos.
- c) Na escolha do orientador cooperante é dada preferência aos docentes que sejam portadores de formação especializada em supervisão pedagógica e formação de formadores e ou experiência profissional de supervisão.

4— No âmbito da colaboração com as escolas cooperantes, os estabelecimentos de ensino superior devem apoiar os docentes daquelas escolas, em especial, os orientadores cooperantes, no seu desenvolvimento profissional, nomeadamente no domínio da formação de futuros docentes.

5— Os orientadores cooperantes são abonados pelo estabelecimento de ensino superior das despesas de deslocação e das ajudas de custo nos termos legalmente fixados, sempre que se desloquem para participar em acções de formação e reuniões promovidas por aquele no quadro da parceria estabelecida, e não auferirem qualquer outra retribuição pelo exercício das funções de colaboração na formação.

Artigo 19º **Recursos materiais [DL. 43/2007]**

1. A UBI deve assegurar que o Estágio Pedagógico do MEAV será realizado em condições adequadas à sua natureza e aos níveis e ciclos de educação e ensino a que se destinam [no 3º ciclo do EB e no ES], **ponderando os seguintes recursos:**

- a) Edifícios;
- b) Equipamentos;
- c) Espaços lectivos e para o estudo independente, a realizar individualmente ou em grupo;
- d) Laboratórios;
- e) Bibliotecas;
- f) Bases de dados;
- g) Centros de recursos multimédia e salas de informática com acesso à Internet;
- h) Meios auxiliares de ensino.

CAPÍTULO VII
REGIME DE FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO
DAS UNIDADES CURRICULARES,
DA UC DE ESTÁGIO PEDAGÓGICO E
FINAL DO MESTRADO

Artigo 20º
Regime de frequência e de avaliação

1. O regime de - frequência, avaliação de conhecimentos e de classificação -, para as unidades curriculares que integram o ciclo de estudos são as previstas no **Regime Geral de Avaliação de Conhecimentos em vigor na UBI, excepto no que forem contrariadas pelo disposto no presente regulamento.**
2. Todas as classificações obtidas às Unidades Curriculares serão expressas na escala de 0 a 20 valores.

Artigo 21º
Regime de Precedências e Prescrições

Inscrição em Estágio [de acordo com DESPACHO N.º 38/R/2013 -Assunto: Regulamento da Prática de Ensino Supervisionada - 2.ºs ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre em ensino na Universidade da Beira Interior]

1. De acordo com o Artº9º (*Precedências e Prescrições*) do Regulamento do Grau de Mestre da UBI:

- 1.1 -O regime de precedências obedece às normas constantes das Regras Gerais de Avaliação de Conhecimentos da UBI.
- 1.2 - Aplica-se o regime de prescrições em conformidade com a Lei nº 37/2003 e demais legislação aplicável.
 - 1.2.1 - Os alunos que prescrevam poderão solicitar o reingresso no mesmo curso, desde que o mesmo se encontre em funcionamento.

2. De acordo com o Regulamento de Avaliação da UBI, SECÇÃO IV - REGIME DE PRECEDÊNCIAS E DE TRANSIÇÃO DE ANO CURRICULAR - Artigo 24º - Regime de precedências e de transição de ano curricular:

- 2.1 - É requisito a aprovação em todas as unidades curriculares de um determinado ano curricular face ao regime presencial a vigorar e competências globais a adquirir, para os estudantes poderem efectuar a inscrição em unidades curriculares do ano curricular seguinte.
 - 2.1.1 - Sempre que não se verifique a transição de ano curricular, na inscrição a realizar nos termos do ponto anterior (2.1.), é obrigatória a inscrição em todas as unidades curriculares em que não foi obtido aproveitamento.
 - 2.1.2 - Para além do disposto no ponto 2.1, pode o estudante, prévio consentimento da Comissão do Curso e garantia de não sobreposição de horários de sessões de

contacto, após auto-avaliação quanto à sua capacidade para superar com êxito o volume de trabalho adicional para além do estipulado para o ano lectivo efectuar a inscrição em unidades curriculares do ano curricular seguinte, até ao máximo de 60 novos créditos (60 ECTS), não podendo ultrapassar, a soma dos créditos em que não obteve aproveitamento do ano curricular imediatamente anterior com os créditos do novo ano curricular, os 72 créditos (72 ECTS).

2.1.3. O estudante a que faltem os 12 créditos do 1º ano poder-se-á inscrever no 2º ano do Mestrado, prévio consentimento da Comissão Científica de Curso, excepto se as UCs do 1º ano, que faltam, forem as Didácticas específicas (1º ano - 1º e 2º semestre). Neste caso o aluno não se poderá inscrever no 2º ano do MEAV, quer em Seminário das Artes Visuais I e II quer na UC de Estágio Pedagógico e, em consequência na Prática de Ensino Supervisionada.

2.3 - Para efeitos de melhoria de classificação final, em unidades curriculares nas quais o estudante já obteve aprovação em regular funcionamento, é facultada a repetição de inscrição, por uma só vez, no ano lectivo seguinte, à excepção dos casos que determinam a conclusão de um ciclo de estudos ou extinção dessa UC.

2.3.1 - A classificação final a considerar é a melhor das obtidas nas escalas 10-20, sendo em caso de igualdade considerada a primeira aprovação na unidade curricular.

3. A inscrição na Unidade Curricular (UC), que concretiza a PES, de acordo com o DESPACHO N.º 38/R/2013 [Assunto: Regulamento da Prática de Ensino Supervisionada - 2.ºs ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre em ensino na Universidade da Beira Interior]- no seu - *CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO, Artigo 3.º Inscrição em estágio* - é precedida de uma pré-inscrição nos Serviços Académicos, que decorrerá durante o mês de abril, anterior ao início do ano letivo em que o estágio se irá realizar.

3.1. Só poderão inscrever-se na unidade curricular que assegura a PES, nos Serviços Académicos, os estudantes que, até ao dia 20 de julho anterior ao início do ano letivo, reúnam condições para a inscrição na mesma, isto é, que nos termos do n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 43/2007 demonstrem:

a. Conhecimentos, capacidades, atitudes e competências no domínio da educação relevantes para o desempenho de todos os docentes na sala de aula, ou na escola, na relação com a comunidade e na análise e participação no desenvolvimento de políticas de educação e de metodologias de ensino;

b. Conhecimentos, capacidades, atitudes e competências relativas ao ensino nas áreas curriculares ou disciplinas, e nos ciclos ou níveis de ensino do respetivo domínio de habilitação para a docência.

3.2. Em caso de reprovação, ou desistência, cada estudante poderá repetir o estágio apenas uma só vez. Para além deste limite, a inscrição só será autorizada a título excecional pelo Reitor, ouvida a Comissão Coordenadora, a requerimento do estudante, desde que não exista qualquer tipo de restrição por parte dos Serviços do Ministério da Educação e Ciência.

3.3. Os Serviços Académicos divulgarão uma lista dos locais de estágio e correspondentes núcleos, com o respetivo número de vagas de acordo com os protocolos assinados em conformidade com os n.ºs 6 e 7 do artigo 1.º e, sempre que possível, os respetivos orientadores da Universidade, até 20 de junho.

3.4. A distribuição dos estudantes pelos núcleos de estágio é da competência do Diretor de Curso e respeitará, sempre que possível, e reunidas as condições, a preferência dos estudantes, bem como dos respetivos orientadores da Universidade, através de uma pré-candidatura dos estudantes e sempre que aplicável aos núcleos, sendo realizada até ao dia 20 de julho.

3.5. Caso não seja possível a colocação, de acordo com as preferências dos estudantes, referido no número anterior, o Diretor de Curso procederá às correspondentes seriação e distribuição dos estudantes pelos núcleos de estágio, aplicando, sucessivamente, os seguintes critérios:

a. Aprovação a todas as unidades curriculares do 1.º ano curricular;

b. Média ponderada em todas as unidades curriculares do primeiro ano do plano de estudos do curso calculada às centésimas;

c. Média ponderada das unidades curriculares da componente de didáticas específicas do primeiro ano do plano de estudos do curso calculada às centésimas;

d. Classificação da habilitação académica considerada para ingresso no respetivo 2.º ciclo de estudos;

- e. Proximidade da residência habitual do candidato em relação ao estabelecimento pretendido, preferindo-se o que residir mais perto;
- 3.6. A distribuição dos candidatos pelos diferentes núcleos de estágio será divulgada através de edital do Reitor da UBI, a publicar até 12 de agosto.
- 3.7. A formalização da inscrição dos candidatos colocados em estágio, salvo disposição em contrário, decorrerá no período reservado a matrículas e inscrições no calendário escolar - académico.
- 3.8. Os candidatos colocados em estágio deverão apresentar-se nos respetivos estabelecimentos de ensino, no dia 1 de setembro.
- 3.9. Nos casos em que os estudantes apenas reúnam as condições de iniciarem a sua prática supervisionada na primeira semana de Setembro, após a saída dos editais de colocação com a distribuição dos candidatos pelos diferentes núcleos de estágio, sempre que sobre vagas, por mútuo acordo entre a UBI e a Escola cooperante e sempre que não haja prejuízo para terceiros, haverá lugar a uma nova colocação em núcleos de estágio com publicação de um novo edital, iniciando-se os estágios com apresentação dos estudantes nos respetivos estabelecimentos de ensino, até dia 15 de setembro.

Artigo 22º

Processo de atribuição da classificação final

1. A concessão do grau de Mestre pressupõe:
 - a) Aprovação em todas as unidades curriculares que integram o Plano de Estudos do curso de mestrado.
 - b) Realização do estágio pedagógico (Prática de Ensino Supervisionada) e aprovação no acto público de defesa do relatório da unidade curricular relativa à prática de ensino supervisionada (Estágio Pedagógico).
2. A Classificação Final do Grau de Mestre é estabelecida de acordo com o Artigo 24º- *Classificação final do grau de mestre* -, e com o Artigo 26º, que fixa a forma de cálculo da classificação final, do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março:
3. Será expressa na escala numérica inteira de 0 a 20, com o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações, numa escala de A a E (de acordo com os artigos 18 a 22 do Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de Fevereiro, e com o algoritmo aprovado pela DGES);
3. A Classificação Final é calculada pelos Serviços Académicos pela média ponderada pelos ECTS das classificações obtidas nas unidades curriculares que constituem o plano de estudos.
4. Será ainda atribuída ao grau de Mestre uma **menção qualitativa com as seguintes 4 classes**, previstas no Decreto-Lei nº 42/2005 de 22 de Fevereiro:
 - a) De 10 a 13 – Suficiente
 - b) De 14 a 15 – Bom;
 - c) De 16 a 17 – Muito Bom;
 - d) De 18 a 20 – Excelente.
4. O diploma relativo à atribuição do grau académico de mestre é requerido nos Serviços Académicos da UBI.

Artigo 23º

Princípios orientadores da avaliação na prática de ensino supervisionada **[DL. 43/2007]**

- 1— A avaliação do desempenho dos estudantes na Prática de Ensino Supervisionada é realizada cumulativamente por:
- 1.1. Docente da UBI - Professor Supervisor - responsável pela UC Estágio Pedagógico caso seja o orientador do Relatório de Estágio ou por Orientador nomeado que figurará como Orientador Científico na capa e folha de rosto do Relatório de Estágio.

1.2. De acordo com o Decreto-Lei nº 49/2007 - Artigo 21º (*Princípios orientadores da avaliação na Prática de Ensino Supervisionada*) - na avaliação do desempenho a que se refere o número anterior é ponderada, obrigatoriamente, a informação prestada pela escola cooperante, através:

- a) Do orientador cooperante que será designado como Orientador Pedagógico na capa e folha de rosto do Relatório de Estágio;
- b) Do coordenador do departamento curricular correspondente [*Departamento de Expressões/ Grupo de Artes Visuais*] ou o coordenador do conselho de docentes;
- c) No caso do ensino particular e cooperativo, do professor que desempenhe funções equivalentes.

Artigo 24º

Apresentação e entrega do relatório final de estágio

1. O prazo limite para a entrega do relatório do estágio profissional, acompanhado do parecer do orientador é o final do último semestre do ciclo de estudos e surge mencionado no calendário escolar para cada ano lectivo.

2. O relatório de estágio será apresentado e entregue nas condições definidas pelo **Artigo 10º** (*Apresentação e Entrega da Dissertação, Trabalho de Projecto ou Relatório de Estágio*) do Regulamento do Grau de Mestre da UBI:

- a) A redacção da dissertação em língua estrangeira depende da aprovação da Comissão de Curso, sob proposta escrita e fundamentada do orientador.
- b) A admissão às provas é solicitada nos Serviços Académicos em requerimento dirigido ao Reitor e instruído com:
 - i) Seis exemplares da dissertação... ou relatório de estágio;
 - ii) Dez exemplares em suporte digital e
 - iii) Uma declaração do orientador em conforme a dissertação, trabalho de projecto ou relatório de estágio está em condições de ser apresentada em provas públicas.
- c) Apenas poderão requerer admissão às provas os candidatos que tenham concluído o curso de mestrado.
- d) A apresentação gráfica da prova deve satisfazer as normas em vigor na UBI.

3. O estudante deverá ainda introduzir, o seu **CV**, em anexo ao Relatório de Estágio e entregar seis exemplares deste junto com os seis exemplares de Relatório de Estágio, nos Serviços Académicos da UBI.

4. Os procedimentos relativos às normas específicas para a sua apresentação, constam no - **Despacho Nº 49/R/2010** (*Assunto: Normas de formatação gráfica de apresentação de relatórios/dissertações de mestrado e teses de doutoramento*) da UBI.

5. Salvo casos excepcionais devidamente justificados [tais como o facto de se realizar estágio em várias disciplinas] o Relatório de Estágio não deverá ultrapassar as 60 páginas, excluindo anexos que serão entregues em formato digital [CD] fixado na Contra-capa de todas as cópias impressas entregues nos Serviços Académicos.

Artigo 25º

Prazos para Nomeação do Júri, Defesa do Relatório e Emissão da Carta de Curso

1. O Júri para apreciação do relatório de estágio é nomeado nos 15 dias posteriores à entrega do relatório de estágio;

2. As provas públicas de defesa da dissertação, ou relatório de estágio decorrerão no máximo 15 dias após a nomeação referida do número anterior.

3. A carta de curso e suas certidões e o suplemento ao diploma serão emitidos num prazo de 30 dias após requeridas.

Artigo 26º

Nomeação, constituição e funcionamento do júri das provas públicas do MEAV

Coeficientes de Ponderação para a avaliação da UC de Estágio Pedagógico

[De acordo com: a) DESPACHO N.º 38/R/2013 - Assunto: Regulamento da Prática de Ensino Supervisionada - 2.ºs ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre em ensino na Universidade da Beira Interior; b) Republicação do Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março (aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior), pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto]

1. NOMEAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DAS PROVAS PÚBLICAS:

1.1. O Relatório de estágio é objeto de apreciação e discussão pública por um júri nomeado pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior.

1.2. O júri é constituído por três a cinco membros, devendo um destes ser o orientador.

1.3 - Sempre que exista mais do que um orientador, apenas um pode integrar o júri.

1.4 - Os membros do júri devem ser especialistas no domínio em que se insere a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio e são nomeados de entre nacionais ou estrangeiros titulares do grau de doutor ou especialistas de mérito reconhecido como tal pelo órgão científico do estabelecimento de ensino.

1.5 - As deliberações do júri são tomadas por maioria dos membros que o constituem, através de votação nominal justificada, não sendo permitidas abstenções.

1.5.1 - Em caso da Classificação do Orientador, Arguente e Presidente do Júri, ser totalmente dispar, a Classificação será resultado da soma e média aritmética (dividir pelo nº de membros do júri) da classificação do Orientador, mais a classificação do Arguente, mais a classificação do Presidente do Júri.

1.6 - Das reuniões do júri são lavradas atas, das quais constam os votos de cada um dos seus membros e a respetiva fundamentação, que pode ser comum a todos ou a alguns membros do júri.”

2. FUNCIONAMENTO DAS PROVAS PÚBLICAS:

2.1. A apresentação e defesa em ato público, perante um júri, tem uma duração máxima de 60 minutos, a qual se inicia com a apresentação do relatório pelo aluno, com uma duração não superior a 15 minutos. Na discussão pública, deve ser proporcionado ao candidato tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

2.2. Será realizada num período definido no calendário escolar, até ao final do respetivo ano letivo.

3. COEFICIENTES DE PONDERAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO DA UC DE ESTÁGIO PEDAGÓGICO:

3.1. A avaliação final da UC da UBI, que concretiza a prática de ensino supervisionada - «*Estágio Pedagógico*» obedece ao conjunto de duas variáveis: 1ª a Prática de Ensino Supervisionada (PES); 2ª o Relatório de Estágio Pedagógico (REP). A classificação final [CFE] na Unidade Curricular «*Estágio Pedagógico*» corresponde ao resultado da aplicação da fórmula seguinte, na escala de 0 a 20 valores, arredondado às unidades:

$$\text{CFE} = \text{PES} \times 0,5 + \text{REP} \times 0,5$$

3.1.1. Os coeficientes de ponderação para as duas variáveis são:

3.1.1.1. 50% PES - Prática de Ensino Supervisionada [contempla: a. 50% avaliação do Orientador Cooperante da Escola Cooperante + b. 10% avaliação do Coordenador do Departamento Curricular ou Coordenador do conselho de docentes + c. 40% avaliação do Orientador Científico da UBI]. Assim, de acordo com o DESPACHO N.º 38/R/2013 - Assunto: Regulamento da Prática de Ensino Supervisionada - 2.ºs ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre em ensino na Universidade da Beira Interior - no seu artº 9 - prática de ensino supervisionada (ponto 7 a 11) respeita-se o seguinte:

“7. Considera-se reprovado na PES o estagiário que obtenha classificação de avaliação de desempenho inferior a dez valores.

8. Na avaliação de desempenho de PES bidisciplinar, o apuramento da classificação da avaliação de desempenho é efetuado separadamente pelos orientadores de cada uma das áreas curriculares ou disciplinas, sendo para o efeito ponderadas por 50%, nomeadamente a classificação do Coordenador do Departamento Curricular, ou Coordenador do Conselho de Docentes.

8.1. No caso de ambas as classificações serem iguais ou superiores a 10 valores, a classificação final da avaliação de desempenho é a média aritmética das duas áreas curriculares ou disciplinares.

9. No caso da PES ser bidisciplinar, a classificação inferior a dez, a uma só das áreas curriculares ou disciplinas, é condição suficiente para a reprovação em ambas.

10. A classificação final da avaliação de desempenho da PES será expressa em formulário próprio (anexo II), na escala de zero a vinte valores, arredondado às décimas, sendo nos apuramentos intermédios arredondados às décimas.

11. A classificação da avaliação de desempenho da PES não é passível de recurso ou melhoria de nota.”

3.1.2. 50% REP - Relatório de Estágio Pedagógico = [contempla: A. (50%) Qualidade científica/técnica do relatório de estágio + B. (25%) Qualidade da apresentação pública + C. (25%) Discussão pública: segurança e capacidade de argumentação.]. Na avaliação do REP, o Orientador Científico da UBI (ou de outra Instituição Reconhecido pela Comissão Científica de Curso), exerce também o seu direito de avaliação no ato de Defesa Pública nos três parâmetros (A, B e C), em conjunto com o arguente e o Presidente do Júri, que será o Director do MEAV ou constituído por delegação deste último.

Artigo 27º

Diploma da Conclusão do Curso de Mestrado

1. Nos termos do **Regulamento do Grau de Mestre da UBI (Art.º13º)**, é concedido um “Diploma de Especialização” ao aluno do 2º ciclo de estudos conducente ao Grau de Mestre que conclua o curso de mestrado ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 39º do Decreto-Lei nº74/2006.

2. A emissão da certidão de registo e da carta de curso é **acompanhada da emissão de um suplemento ao diploma, elaborado nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n. 42/2005.**

Artigo 28º

Propinas

O montante das propinas será fixado pelo Conselho Geral da UBI, sob proposta do reitor, e conforme definido no **Artigo 27º_Propinas do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre no ensino público** - do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, alterado pelos Decretos-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho e 230/2009, de 14 de Setembro.

Artigo 29º

Casos omissos

Os casos omissos serão decididos segundo a matéria pelos órgãos de gestão competentes.

Artigo 30º **Revisão do regulamento**

O presente regulamento poderá ser revisto antes de se iniciar qualquer ano lectivo sempre que os órgãos competentes considerem adequado.

Artigo 31º **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor após aprovação pela Comissão Científica de Curso do Mestrado em Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário e a sua homologação pelo Reitor da UBI.